

## **ENCERRAMENTO DOS ARO'S DE PORTO, FARO E MADEIRA**

Não deixa de ser com alguma surpresa que tivemos conhecimento formal da intenção da DOPLIS da NAV de proceder ao encerramento dos AROS' do Porto, Faro e Madeira o mais rapidamente possível, tendo já para o efeito uma calendarização devidamente esquematizada.

A surpresa, no fundo, advém do facto de uma Direcção se arvorar no direito de deliberar sobre tão importante matéria e apresentar a sua decisão e implementação completamente à margem de qualquer decisão da Administração da Empresa, aliás, arvorando-se mesmo no direito de se substituir nesta matéria ao próprio CA.

Ora, de facto assim não é. Lá diz o velho ditado: não vá o sapateiro além do chinelo!

Contudo, importa analisar os factos e motivações que realmente motivam esta "decisão":

A ideia de encerramento dos ARO's do Porto, Faro e Funchal, porque a médio/curto prazo se debate com a insuficiência de meios humanos para a sua manutenção, significa antes de mais ou o reconhecimento da incapacidade que esta Direcção demonstrou em efectuar uma gestão prevenida e actuante, ou, mais grave, ainda o reconhecimento que de modo propositado foi efectuada uma gestão danosa e tendente a provocar a situação actual. Basta recordarmos as transferências de TICA's do Porto para Lisboa sem que fossem substituídos. Por outro lado, este acto de gestão, sabemos-lo bem, mais não é do que uma atitude meramente revanchista, aliás, na sequência de outras, tomada pelo facto dos trabalhadores TICA, nomeadamente ex-OEA's, não cederem à chantagem pretendida pela DOPLIS e pela NAV de prescindirem da aplicação da Lei (257/76) e da regulamentação nela consignada quanto à segurança operacional e ao limite de idade imposto para o exercício de funções operacionais.

Saliente-se que, com esta atitude revanchista e de chantagem, a NAV/DOPLIS:

- Faz tábua rasa dos mais elementares princípios de prudência e relega para último plano questões de segurança específica de cada aeroporto e região terminal,
- Prejudica as regiões onde estão inseridos os ARO's, pondo em causa as competências que lhe estão cometidas enquanto empresa pública,
- Destroí postos de trabalho e abre um grave precedente na Empresa com a prossecução já assumida de despedimentos selectivos, onde o único critério é a idade do trabalhador e o facto de se recusar a não cumprir a Lei,

Perante este quadro, o SITAVA entende que o CA da Empresa terá de ser questionado de modo muito claro sobre se aceita e subscreve este tipo de gestão que, quanto a nós, é um claro atentado aos trabalhadores, despreza os seus direitos e os já muitos anos de trabalho que muitos dos trabalhadores em causa já dedicaram à Empresa, destruindo-lhes completamente a sua vida pessoal e familiar sem o mínimo respeito, e ainda despreza o importante contributo que a manutenção a nível dos locais onde estão inseridos prestam a esses locais e, no caso da Madeira, à própria Região.

**UNIDOS SOMOS MAIS FORTES**